

Dialogo Social e a Democracia Representativa em S. Tomé e Príncipe

Arlindo Afonso de Carvalho

Introdução

Com esta comunicação propõe-se apresentar a parte introdutória do estudo de caso sobre S. Tomé e Príncipe realizado no âmbito do projecto de investigação sobre a “Constituição e Reconstituição do Espaços Políticos na África Lusófona” e que decorreu sob coordenação do Professor Doutor Franz Heimmer – Centro de Estudos Africanos, ISCTE. Este estudo tem como aspecto central a observação das diferentes racionalidades e estratégias que caracterizam o processo de (re)organização dos grupos de interesses através dos quais os actores agem no sentido de tornar possível a relação entre a esfera pública e privada.

O objectivo último desta comunicação é o de avaliar em que medida a acção dos actores, resumida na relação entre o Estado e a Sociedade, garantem a maior eficácia dos mecanismos de (re)distribuição de rendimento social, bem como a justeza relativa na atribuição de estatutos sociais e políticos. Trata-se de uma problemática que toma a

produção do político a partir da necessidade de negociar formas alternativas para responder as seguintes questões:

- consumir o quê? e a partir de que sistema de troca?;
- produzir para quem? e com que tecnologia e competência técnica?;
- avaliar e afectar recursos como? reproduzir com que valor económico e social?;
- e, (re)distribuir com que custos e benefícios? com que critérios de diferenciação social?.

A resposta a estas questões implica que se verifique a seguinte hipótese de trabalho:

o processo de (re)constituição do espaço político só tem lugar quando os actores assumirem a diferença como meio de afirmação social dos respectivos grupos de interesses – identidade social -, descobrindo a necessidade das convergências programáticas e das alianças estratégicas que, tanto conduzam à escolha de novas soluções políticas, económicas e sócio-culturais como concorrem para alterar o modelo de produção e de distribuição prevalecente num dado tempo histórico.

Centrado nos actores, a respectiva estratégia de acção organizada em grupos de interesses resume-se na utilização da diferença como pré-condição para a harmonização dos mecanismos que tornam possível a apropriação e a reprodução de poder. Para compreender esta diferença deve-se analisar a relação de causalidade entre o pensamento social e a prática política, organizado em três partes: A primeira, centra-se na relação entre o pensamento social e a prática política; A segunda, organiza-se em torno da interdependência existente entre os padrões de cultura política com as dinâmicas eleitorais; e a terceira, resume-se na articulação entre os fundamentos de legitimidade do poder político com os mecanismos de diálogo social.

Propõe-se com este modelo de análise, compreender a pertinência social dos critérios a partir dos quais os actores elegem as prioridades de acção governativa e consequente avaliação que fazem da capacidade das instituições que integram o Estado. Trata-se de um plano de observação que procura verificar até que ponto estas prioridades respondem as exigências de gestão de desenvolvimento num contexto de democratização política, no período pós-colonial subdividido em três tempos: de 1975 a 1990 (regime de partido único);

de 1991 a 1998 (regime pluripartidário sem recursos petrolíferos); e, de 1999 até hoje (regime pluripartidário com recursos petrolíferos).

Este modelo de análise vem responder a necessidade de observar a evolução do espaço político em S. Tomé e Príncipe a partir das estratégias que os actores utilizam para gerir a relação entre os conflitos e as alianças. Esta relação leva aos actores a convergirem numa complexa rede de interacções, onde as instituições, a hierarquia social e a reprodução social se apresentam como três pilares a partir dos quais a construção social tem lugar. Na perspectiva deste estudo, estes pilares estão associados, respectivamente, à utilização dos mecanismos de regulação social que conformam o funcionamento do Estado, à renovação das fontes de produção das elites face a eficácia/eficiência dos mecanismos de acumulação de capital social (intelectual, económico e moral) e às alterações das fronteiras de exclusão social prosseguidas pelo resto da sociedade.

ACTORES SOCIAIS, IDENTIDADE SOCIAL E AS ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO

Entende-se aqui o “espaço político” como um determinado estágio de evolução sócio-histórica de organização de actores sociais representados numa matriz de interacção social, territorialmente limitado. É a partir deste nível que os diferentes grupos de interesses prosseguem um conjunto de objectivos em detrimento de outros possíveis.

A especificidade dessa evolução histórica centra-se na capacidade desses mesmos actores em reflectir e agir sobre o modelo de produção de conhecimentos e de acumulação de experiências que dão formas às suas estratégias de acção que estão sujeitos às adaptações ao longo dos processos históricos de conflitos e de alianças. O processo de constituição e reconstituição do “espaço político” pressupõe portanto que se observe algumas condições que influenciam o sentido de estruturação do processo de formação social que passa pela resposta às seguintes questões:

- (i) quais são as referências sócio-culturais e económicas na base das quais os actores se organizam em grupos de interesses, quer nos limites das potencialidades produtivas do território, quer para garantir a transferência dos rendimentos produzidos noutros?;
- (ii) que critérios de escolha os actores tomam para hierarquizar os objectivos e qual é a referência avaliativa que assumem para determinar as fronteiras de racionalidade que separam o indivíduo do colectivo?;
- (iii) como caracterizam o estágio de evolução dos mecanismos de conhecimento e de acumulação de experiências num dado tempo histórico?;
- (iv) quais são estratégias de acção a que os actores recorrem para fazer funcionar os instrumentos de dominação política de um grupo de interesse em relação à outros grupos que se constituem no interior da sociedade?;
- (v) e, quais são os factores que influenciam as alterações de acção estratégicas dos actores, quer para desencadear conflitos, quer para negociar alianças?.

A estruturação e a consolidação do processo formação social não se resume apenas nos sinais visíveis de harmonização – mais ou menos voluntária - das fronteiras de conflitos e das alianças que são possíveis entre os diferentes grupos de interesses. Este processo passa também pela instrumentalização dos mecanismos de legitimação do poder político que ultrapassa a relação entre o Estado e a Sociedade que se oriente em assegurar o grau de apropriação e (re)distribuição dos rendimentos sociais, particularmente quando são produzidos para além do limite das potencialidades internas. Deve-se abrir um parêntesis para referir que os santomenses não só tem adoptada estratégias individualizantes e conjunturais como mecanismos para garantir a referida apropriação, como também não demonstrado disponíveis em participar na promoção de um espaço de negociação das formas de produção e de acumulação de capital.

Esta forma de garantir a legitimidade do poder tem vindo a concorrer não só para a progressiva fragilização do ambiente institucional de governação como também a crescente dificuldades em produzir consenso sobre os critérios a partir dos quais se pode avaliar o grau de exclusão social e da ordem sequencial das prioridades para a afectação de recursos.

Neste sentido, não tem vindo a ser muito difícil recorrer, em S. Tomé e Príncipe, aos mecanismos que tornam possível a partilha dos custos/benefícios que decorrem da solidariedade no plano da política internacional. Os processos políticos, no contexto desta estratégia de acção, não tem resultado em aproveitamento dos avanços tecnológicos, enquanto uma das condições necessárias para valorização social de trabalho.

DIALOGO SOCIAL E A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Os mecanismos de dialogo social constitui um dos instrumentos possíveis a partir dos quais se estruturam as bases culturais e institucionais da dominação política. Independentemente do seu carácter reivindicativo e das diferentes formas conjunturais que pode assumir, entendemos aqui a relação entre o dialogo social e a democracia representativa como um dos fundamentos da gestão dos processo sociais, onde a permanente reajustamento entre os objectivos e os instrumentos pode ser possível, concorrendo para se alterar os níveis de desequilíbrio no acesso aos recursos como fundamental justificação social do próprio poder político. Esta alteração consiste em compreender os fundamentos sociais dos sinais da injustiça para ultrapassar o esgotamento da capacidade colectiva em encontrar novas soluções para prosseguir novos estádios de acumulação de experiência tecnológica e organizacional.

Está-se portanto em presença da necessidade de reconstituir o processo de evolução histórica no sentido de medir a relação de causalidade entre o dialogo social e a consolidação do processo de democratização política, económica e social. O conteúdo estratégico desse processo é a capacidade colectiva em identificar, transformar, valorizar e (re)distribuir rendimentos sociais, que garantam novos níveis de reprodução interna das potencialidades naturais e geo-estratégicas, comparativamente aos que foram conseguidos por outras sociedades.

Da leitura feita no âmbito deste estudo, verificam-se limitações da “ordem social”, que justificam quando se analisam a sua interdependência com o processo da democracia independentemente da natureza dos mecanismos utilizados, das racionalidades dos actores que nela participam e do grau de funcionalidade das instituições democráticas que legitimam a reprodução poder político. Neste sentido, entendemos que a “ordem social” é um resultado

da capacidade de manter uma dada estrutura de diferenciação social mesmo quando o nível de satisfação individual fica a aquém da expectativa fixada para um dado tempo histórico.

CONCLUSÕES

Este estudo de caso tomou como referência uma visão histórica dos processos políticos. Neste sentido, procura reflectir uma relação de causalidade entre o pensamento, os objectivos e os instrumentos, enquanto três pilares fundamentais a partir dos quais os mecanismos de dominação política produzem a sua eficácia social e cultural.

A partir deste percurso histórico, verificou-se que não existe rupturas em absoluto de um dado regime políticos prevalecente num dado período histórico em relação ao outro regime. Este facto sugere que o processo de recomposição do espaço político apenas reflecte as razões mais significativas que têm levado aos actores a alterar as suas estratégias de acção e de interacção face aos diferentes contextos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis, Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, trad. de Joaquim José de Moura Ramos, 3ª ed, Presença, Lisboa, imp. 1980

BALANDIER, Georges, O Poder em Cena,

BOLTANSKI, Luc et THÉVENOT, Laurent, De La Justification: Les économies de la grandeur, nrf essais Gallimard, 1991.

CARDOSO, Carlos (e outros), “Da possibilidade do político na África lusófona: alguns subsídios teóricos” (pp7-25), in Cadernos de Estudos Africanos, nº 3 Julho/Dezembro de 2002, Centro de Estudos Africanos – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

CARVALHO, Arlindo Afonso, “Constrangimentos do Processo de Desenvolvimento Social em S. Tomé e Príncipe: Interferência Mútua entre Espaços Políticos e Económico, Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 2001

CHABAL, Patrick, and others, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, Hurst & Company, London, 2002

DOWBOR, Ladislau, *A Reprodução Social: Propostas para uma Gestão Descentralizada*, Retirado da Site de Internet, São Paulo, 1998.

FAURÉ, Yves, et Jean, F. MEDARD, *L'Etat-business et les politiciens entrepreneurs – Néo-patrimonialisme et Big men: économie et politique*, (ed), S.L. Sd, pp 1 a 27

FUKUYAMA, Francis, *A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*, Tradução de Mário Dias Correia, Quetzal Editores, Lisboa, 2000.

GRAMISCI, António, *Escritos políticos*, trad. e Manuel Simões, Lisboa, Seara nova, 1976

GRAMISCI, António, *Obras escolhidas*, Editorial Estampa, Lisboa, 1976

GERHART, Seibert, *São Tomé e Príncipe: boatos, rádio Boca a Boca e panfletos anónimos na cultura política local* Investigador do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do IICT, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, Lisboa, S.d, pp 299 – 316.

HABERMAS, Jurgen et RAWLS, John, *Débat sur la Justice Politique*, trad. Par Catherine Audard e Rainer Rochlitz, Les Editors du CERF, Paris, 1997

HEIMER, Franz-Wilhelm, *O Estado pós-colonial em África*, in *Revista Internacional de Sub African*, nºs 12 e 13, Janeiro-Dezembro, 1970, pp 475-500

HEIMER, Franz-Wilhelm e SILVA, Elisete Marques, “Culturas políticas em Angola e Moçambique: elementos para uma agenda de investigação” in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 3 Julho/Dezembro de 2002 (pp 26-37), Centro de Estudos Africanos – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa..

KENNETH, E. Bauzon (ed), *Development and Democratization in the Third Worl-myths, hopes and realities*, Crane Russak, New York, cap 2.

KOUVOUAMA, Abel (coord), *Introduction au Thème: Penser la politique en Afrique* sub titre “Le Dossier Philosophie et politique en Afrique”, in *Politique Africaine, Philosophie et politique en Afrique*, nº 77, (pp 5-15) mars 2000, Karthala.

MOZZICAFREDO, Juan, Cidadania e Equidade: Reorganização do Estado-Providência, Seminário, 2001..

OTAYEK, René, “La démocratie entre mobilisations identitaires et besoin d’État y a-t-il une “exception” africaine?” in *Afrique: Is identités contr la démocratie?*, Introduction 5-22, René Otayek (Éditeur scientifique), Cahiers des sciences humaines (nouvelle série numéro 10), Éditions de l’Aube, IRD, 1999.

PERROUX, François, *Ensaio sobre A Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Tradução de L.M. Macaísta Malheiros, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

POLANYI, Karl, *A grande transformação: as origens da nova época*, trad. de Fammy Wrobel, ver.t´wec. Benzaquer de Araujo, Rio de Janeiro, éd Campus, 1980

RODRIGUES, Maria João, *Sob o Signo da Crise: o Contributo da Teoria da Regulação para as Problemáticas do Desenvolvimento*, in *Sociologia: Problemas e Práticas* nº3, publicações Europa-América, Novembro de 1987

VALA, Jorge, *Identidade, estruturas cognitivas e transformações culturais*, in *Identities Sociais: Continuidades e Mudança* Capítulo I, *Dinâmicas multiculturais, novas faces outros olhares* Volume I, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa *Estudos e Investigações* 5, Lisboa, 1996, pp 25.